



Projeto Antirracista – Conhecendo a África

Resumo:

O projeto “Terceirão Antirracista” surgiu com o objetivo de romper o eurocentrismo presente no currículo escolar, de modo a impactar positivamente a comunidade escolar do Colégio Estadual Vila Canária, em Salvador-BA, principalmente os discentes, em sua grande maioria negros e negras. Durante mais de 2 meses, as quatro turmas de terceira série do ensino médio regular realizaram pesquisas onde abordaram aspectos culturais e sociopolíticos de oito países africanos escolhidos pelos estudantes. Além disso, também construíram jogos de tabuleiros tradicionais dos países pesquisados, com o auxílio e orientação direta da professora doutora Simone Moraes, da Universidade Federal da Bahia. O principal público da mostra foram as turmas de segundo ano do ensino médio regular, que participaram ativamente com perguntas, comentários e experimentando os jogos de tabuleiro. Posteriormente, tanto secundaristas quanto terceiranistas socializaram a experiência vivenciada na mostra e o impacto de conhecer mais sobre África.

Palavras-chaves: Educação Antirracista. Transdisciplinaridade. Currículo Decolonial.

**Marcus Vinícius Oliveira
Lopes da Silva**

Universidade Federal da Bahia,
Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0009-0000-8288-7917>
✉ marcus.vols@gmail.com

Recebido • 04/04/2025
Aprovado • 05/06/2025
Publicado • 08/08/2025

Relato de Experiência

1 Introdução

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que utilizou como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, em 2022, a população baiana era composta por mais de 80% de pessoas que se autodeclararam negras. Somente em Salvador, a porcentagem da população que se autodeclarou negra chegou a 83,2%. No âmbito educacional, de acordo com a plataforma Observatório da Educação, do Instituto Unibanco, em 2020, mais de 90% de discentes soteropolitanos matriculados no Ensino Médio se autodeclararam negros/as.

Diante da inquietude gerada por esse eurocentrismo presente no currículo escolar e os impactos na formação discente, um professor de matemática e uma professora de História do Colégio Estadual Vila Canária, situado na periferia da cidade de Salvador-BA e com mais de 90% de estudantes

negros e negras, decidiram criar um projeto intitulado “Terceirão Antirracista”. Este projeto possui os seguintes objetivos gerais: trazer para os estudantes uma visão de mundo que fuja da perspectiva eurocêntrica e colonialista; enfatizar e valorizar os saberes dos povos africanos e indígenas, bem como de outros grupos historicamente marginalizados e invisibilizados; fortalecer a identidade dos/as/es estudantes, enquanto pertencentes a uma sociedade amefricanizada; demonstrar que a visão da Europa como fonte dos principais conhecimentos é uma construção sociocultural de caráter racista.

Inquietações tendem a surgir frequentemente durante a prática docente do professor, especificamente de matemática. Inquietações que podem ser a nível pedagógico, social, racial, do ensino e da aprendizagem e que se configuram como desafios diários que, por sua vez, precisam ser entendidos, trabalhados e superados. Como docente do ensino básico pela prefeitura de Salvador e pelo estado da Bahia, onde a grande maioria dos alunos são negros, e como membro de um grupo de estudos e pesquisas em educação matemática, percebi durante a minha prática uma nítida defasagem existente no ensino e aprendizagem de conceitos matemáticos por todo o ensino básico, e me despertou o interesse de desenvolver um projeto que tornasse o ensino de matemática mais atrativo e instigante para a(o) aluna(o), bem como proporcionar a ele não só segurança e autonomia, como também valorizar a sua cultura e a matemática proveniente dela, dando assim ao ensino um caráter antirracista.

2 Aportes teóricos

O reconhecimento e valorização da negritude da sociedade brasileira pela população tem aumentado significativamente. Pela primeira vez desde 1872, a quantidade de pessoas que se autodeclararam pardas superou a das que se autodeclararam brancas, e o número de pessoas que se identificam como pretas ou pardas corresponde a 55,5% da população (IBGE, 2022). Porém, o ensino público ofertado a essa parcela da população brasileira ainda prioriza e preconiza uma educação eurocentrada e excludente, a qual, de acordo com Todão (2024), contribui para a manutenção da segregação racial. Tal realidade, segundo Santos e Caetano (2019), contribui no fortalecimento do poder do colonizador. Mesmo após mais de 20 anos da Lei 10.639/03, a qual obriga a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula, é possível perceber a escassez dessa abordagem nas escolas públicas.

Com a implementação da Lei 10.639/03, é necessário repensarmos a educação matemática sob a ótica antirracista, possibilitando novas posturas e diálogos com a intenção de oportunizar o desenvolvimento de uma educação voltada à discriminação étnico-racial (Oliveira, 2012).

Apesar de que é possível perceber um aumento de pesquisas em Educação que possuem foco em questões raciais (Peres; Souza Filho, 2019), ainda não se percebe metodologias e práticas pedagógicas abordem as questões étnico-raciais em aulas de matemática da rede pública de ensino. Dessa forma, este projeto visa promover, para além de uma aprendizagem coletiva de matemática sob a perspectiva decolonial através de jogos africanos, uma posição sociopolítica que reconhece o ensino da matemática como ferramenta de combate ao racismo (Gutiérrez, 2013). Objetiva também contribuir com futuras pesquisas sobre o desenvolvimento de projetos sob a perspectiva decolonial. Ademais, os resultados dessa pesquisa podem contribuir para que futuros estudos sobre diferentes formas de se ensinar matemática a grupos sociais subalternos sejam desenvolvidos. Por fim, também almeja oferecer formas de como instituições de ensino possam se fundamentar pelas determinações apontadas pela Lei 10.639/03 nas práticas pedagógicas de matemática.

A escolha do jogo africano possibilita, em seus movimentos e regras, a abordagem de traços relevantes da cultura africana e afro-brasileira, como tradições, ancestralidades, costumes e outros aspectos (Welmer, 2024). Possibilita também, ainda de acordo com o autor, a construção coletiva de ideias matemáticas nas trocas entre quem ensina e em aprende a jogar. Essas ideias entusiasmam os processos de aprendizagem de matemática desde as primeiras jogadas e afloram com a imersão no jogo e na cultura.

3 Aportes metodológicos

No processo de pensar em abordagens decoloniais que pudessem fortalecer as estratégias de trabalho para alcançar os objetivos propostos, surgiu a ideia de uma abordagem transdisciplinar em que estudantes pudessem mobilizar diversos saberes de uma forma diferenciada e não compartimentada, ao mesmo tempo em que valorizasse mulheres, etnias e saberes africanos.

Sendo assim, a proposta desse projeto transdisciplinar teve, como uma das etapas, a utilização de jogos africanos como mecanismo de escolha dos países que seriam trabalhados em cada turma e como recurso didático para desenvolver conhecimentos matemáticos africanos que permeiam a cultura e cosmovisão constituinte desses países.

Utilizamos uma abordagem qualitativa, pois acreditamos que o aspecto descritivo e perceptivo dessa abordagem corrobora com a proposta do projeto. (Araújo; Borba, 2023). A construção dos

dados ocorreu de modo colaborativo e coletivo, durante todo o processo de desenvolvimento do projeto e na participação ativa dos estudantes das atividades propostas por eles e para eles. E, dessa forma, centramos a metodologia na prática, na vivência e nas trocas entre os participantes.

Nos meses de junho a agosto, as 4 turmas de terceira série do ensino médio regular trabalharam com o objetivo de apresentar aspectos culturais, históricos e sociopolíticos de 8 países africanos escolhidos pelos estudantes, bem como dar visibilidade e relevância a ao menos duas personalidades femininas de cada país. Além disso, também construíram jogos de tabuleiros tradicionais dos países pesquisados e os apresentaram em exposições.

Cada turma de terceiro ano se dividiu em 2 grupos, e cada grupo ficaria responsável por um país. Após a escolha do país, os estudantes buscaram um jogo de tabuleiro do país escolhido através do site do grupo Ondjango Osili (<https://ondjangoasili.com/>), que é um aquilombamento que surgiu do projeto de extensão do Departamento de Matemática da UFBA - Jogos Africanos e Matemática, idealizado e coordenado pela professora doutora Simone Moraes.

Os grupos de cada país subdividiram-se em Grupos de Trabalho (GTs) para darem andamento à pesquisa e produção. Cada GT correspondia a uma das quatro categorias: jogo, cultura, política e biografias. Elegemos discentes como líderes de GT e escolhemos um docente para gerenciar o projeto nos grupos, de modo a conseguir organizar o diálogo entre os GTs, observar os prazos, proporcionar discussões e construções coletivas, etc.

O GT jogo precisou aprender e construir o jogo de tabuleiro escolhido, organizando-se para explicar tanto a origem do jogo como as regras e a forma de jogar durante a apresentação. Nesse processo de aprendizagem, contamos com o apoio da professora Simone Moraes, que compareceu à escola junto com integrantes da sua equipe do Ondjango Asili, para ministrar oficinas aos estudantes. Assim, eles puderam construir o tabuleiro e aprender sobre o jogo e suas regras. As oficinas foram planejadas de modo a suscitar, através da utilização de jogos, a aprendizagem de conceitos matemáticos e culturais (Almeida; Lins, 2010).

Os jogos escolhidos pelos alunos e seus países de origem foram: *Waré* (Senegal), *Felli* (Marrocos), *Shiva* (Nigéria), *Dris At-Talata* (Egito), *Sig* (Tunísia), *Moruba* (África do Sul), *Fanorona* (Madagascar) e *Katséla* (Angola). Estes jogos (Fig. 1) foram confeccionados e expostos durante a culminância do projeto.

Figura 01 – Alguns dos Jogos africanos de tabuleiro confeccionados e expostos

Fonte: Autores e participantes

O GT cultura se responsabilizou por pesquisar e apresentar a cultura local daquele país, destacando a grande diversidade étnica das regiões, o local onde o jogo surgiu e relacionando a cultura/filosofia desses povos com o jogo em si. De modo geral, os grupos trouxeram bastante informações sobre alimentação, língua, grupos étnicos, religião, etc, e em um dos grupos houve apresentação de uma dança típica local.

O GT política se propôs a pesquisar e apresentar um histórico da construção política daquele país, bem como dados geomorfológicos e sociológicos, considerando a organização dos grupos étnicos no período pré-colonial, reinos e domínios, até os dias atuais. Alunos e alunas foram orientados a fortalecerem a história desses povos para além da dominação europeia, destacando o período anterior e, ao abordarem o período colonial, que buscassem apresentar as histórias de lutas e resistências sociais daqueles povos.

O GT biografias responsabilizou-se por trazer biografias de personalidades femininas importantes daquele país, sendo uma do período pré-colonial, antiga ou lendária e uma contemporânea, fazendo a escolha a partir do acervo do projeto “Biografias de mulheres africanas”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do site <https://www.ufrgs.br/africanas/>.

4 Apresentação e discussão dos dados

Embora durante a idealização do projeto houvéssimos pensado numa exposição museológica, após o início das pesquisas os estudantes foram apresentando outras propostas diferentes do que havíamos imaginado. Considerando a prerrogativa do protagonismo juvenil, bem como o próprio processo de decolonialidade, optamos que cada grupo escolhesse de forma livre como desejavam apresentar, usando toda sua criatividade, o que culminou em apresentações das mais diversas. Assim, a Mostra Cultural de Países Africanos trouxe exposições, apresentações teatrais, apresentação de dança, filmagens, rodas de conversa, espaço de jogos e salas temáticas.

Paralelamente, os estudantes das 6 turmas de segundo ano do ensino médio regular vinham sendo sensibilizadas ao longo do ano letivo nas questões referentes às relações étnico-raciais e foram escolhidas como público da exposição, onde puderam assistir as apresentações, realizar perguntas e comentários, experimentar os jogos de tabuleiro e conhecer parte da pluralidade cultural existente em África. Posteriormente socializaram a experiência vivenciada na mostra, relataram suas impressões, se já conheciam as informações apresentadas, o que mais gostaram, o que chamou a atenção, o que acharam dos jogos, como foi a atuação dos estudantes mediadores e outros aspectos que mais se destacaram durante a exposição. Houve também a visita do corpo docente, gestão e funcionários da escola, que tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre África.

Apesar da subdivisão em GTs, que consideraria a identificação do estudante-pesquisador(a) com o assunto abordado, os saberes não foram desenvolvidos de forma cartesiana, fragmentada em disciplinas, mas sim de forma ampla e transcendente, de modo que quem estudou e produziu o jogo matemático também aprendeu aspectos culturais daquele povo, dentre outras coisas, e quem ficou responsável por apresentar os aspectos culturais, pôde conhecer também sobre sólidos geométricos na produção de maquetes, conhecimentos políticos e outros aspectos. Podemos acrescentar também como habilidades desenvolvidas durante o projeto: a leitura e elaboração de gráficos, interpretação de pirâmide etária, desenho geométrico, além do desenvolvimento de uma visão crítica acerca da relação de África principalmente com a Europa, a partir do conhecimento do processo histórico, social e político dos países pesquisados.

Importante salientar os esforços empreendidos para que não fossem reproduzidas visões estereotipadas, colocando-se como ponto central o desenvolvimento de uma visão de África que rompesse com o referencial negativo que se costuma ter, visando a valorização de todo o continente,

bem como da ancestralidade e das raízes que formam o povo brasileiro, sobretudo na cidade de Salvador.

A experiência dos visitantes também foi positiva e inspiradora. Estudantes do segundo ano informaram que pouco (ou nada) sabiam sobre aqueles países, que gostaram muito de conhecer mais sobre África, pois nunca haviam tido essa oportunidade, e elogiaram muito a forma em que os estudantes-pesquisadores apresentaram essas informações. Docentes visitantes também relataram percepções semelhantes às dos estudantes do segundo ano, o que colaborou para a valorização do povo negro de forma geral.

5 Considerações

Durante todo o processo de estudo e pesquisa pudemos observar o quanto o interesse dos estudantes aumentava conforme iam conhecendo o país pesquisado, bem como a admiração que foram construindo pela história desses povos. Alunas e alunos negros mostraram-se maior interesse desde o princípio e se empolgavam cada vez mais quando descobriam algo que consideravam grandioso. Até mesmo estudantes que participam pouco em sala de aula se mobilizaram bastante com o projeto e percebemos a melhoria do comportamento em sala de aula e fora dela.

Ao socializar essa experiência, pretendemos mostrar as possibilidades que a educação decolonial antirracista tem para a melhoria da aprendizagem e da participação e interesse dos estudantes na escola, além de ser imprescindível para a formação cidadã e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Referências

ARAÚJO, J. L.; BORBA, M. de C.. **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

GONZALEZ, L.. A categoria político-cultural de Amefricanidade. In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GUTIÉRREZ, R.. The sociopolitical turn in mathematics education. **Journal for research in mathematics education**, v. 44, n. 1, p. 37-68, 2013.

OLIVEIRA, A. M. P. Modelagem matemática e as tensões nos discursos dos professores. Tese de Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Salvador: Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

PERES, E. de S.; SOUZA FILHO, E. B. de. Abordagens geométrica em estamparias afrobrasileira: um estudo etnomatemático. In: XIII Encontro Nacional de Educação Matemática, 2019, Cuiabá, Anais... XIII ENEM, 2019. p. 1-15. Disponível em:

<<https://sbemmatogrosso.com.br/eventos/index.php/enem/2019/paper/view/2132/1195>>

Acesso em 05 mai 2025.

SANTOS, E. C.; CAETANO, S.. Jogo Mancala de Guiné Bissau em diálogo com a etnomatemática. Revista Matemática & Ciência, v. 2, n. 1, p. 39-57, 2019.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 02 de jun. 2024.

TODÃO, J. A origem africana da matemática. SP, Editora Ananse, 2024.

WELMER, M. S. W.. Jogos Africanos na Educação Matemática: Uma abordagem cultural e contextualizada com o Mancala. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 19, 2024.